



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

Aos 07 dias do mês de abril de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### Formato misto (presencial + videoconferência)

#### 10:00 HORAS

1. *Audição, por videoconferência, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales (SEAS), requerida pelo PCP, «para discussão sobre os atrasos no acesso aos tratamentos de procriação medicamente assistida e as medidas para os recuperar»;*
2. *Informações;*
3. *Apreciação e votação das atas n.ºs 62, 63 e 64, de 30 (2) e 31 de março;*
4. *Discussão e votação do requerimento do PAN, que solicita a audição dos Diretores de Serviço do Centro Hospitalar de Setúbal, «para que sejam ouvidas todas as dificuldades e propostas de resolução apontadas pelos representantes do Centro Hospitalar»;*
5. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 200/XIV/2.ª - «Acesso imediato ao Kaftrio® para pacientes com Fibrose Quística em Portugal»: Relatora: Deputada Cláudia Bento;*
6. *Discussão e votação do requerimento do PS, que solicita a audição do Coordenador da Task-force para a promoção do «Plano de Operacionalização da Estratégia de Testagem» em Portugal, Fernando de Almeida, para dar informações sobre o processo de testagem no país;*
7. *Fixação da redação final relativa ao Texto Final resultante dos PJs n.ºs 214/XIV/1.ª (cidadãos), 223/XIV/1.ª (PS), 237/XIV/1.ª (BE) e 572/XIV/2.ª (PCP), sobre procriação medicamente assistida - inseminação post mortem;*
8. *Outros assuntos.*

- 
1. Audição, por videoconferência, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, requerida pelo PCP, «para discussão sobre os atrasos no acesso aos tratamentos de procriação medicamente assistida e as medidas para os recuperar»



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

A Presidente agradeceu a presença do SEAS, António Lacerda Sales. Concedeu depois a palavra ao Deputado João Dias.

O Deputado João Dias apresentou o requerimento do PCP e contextualizou a situação atual no que concerne ao acesso às técnicas e tratamentos de procriação medicamente assistida (PMA), referindo que a mesma se agravou com a presente situação pandémica, questionando sobre a exclusão de utentes das listas de espera, sobre dados concretos no que respeita a números e tempos médios de espera, sobre a possibilidade de alargamento do prazo de 6 meses previsto na Circular da ACSE e sobre os investimentos previstos para o reforço dos centros de PMA e do banco público de gâmetas

Respondeu o SEAS, começando por referir que foi criado um Grupo de Trabalho para discutir a situação da PMA em Portugal, para melhor se compreender a realidade dos centros de PMA e do banco público de gâmetas, reconhecendo que a situação pandémica provocou uma grande alocação de recursos, o que necessariamente provocou uma desaceleração dos tratamentos, frisando que a PMA e o alargamento do acesso aos tratamentos são questões importantes que nunca deixaram de merecer a atenção do Governo.

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Elza Pais, que começou por salientar a vontade existente em resolver o problema da PMA, que já não é novo e questionou sobre as medidas a tomar para que os problemas inexistentes no setor privado não existam igualmente no setor público, pedindo igualmente um comentário sobre os receios manifestados em audições anteriores sobre a não concretização das medidas propostas pelo Grupo de Trabalho; Sandra Pereira, que notou a exiguidade da estrutura existente e a necessidade de investimento para resolver o problema estrutural da PMA e questionou sobre a suficiência do prazo de 6 meses previsto na Circular, os investimentos previstos para esta área e o aumento dos ciclos participados; Moisés Ferreira, que notou o agravamento do problema já existente com a presente situação sanitária e o aumento dos atrasos e redução dos tratamentos, questionando sobre as medidas que o Governo pretende implementar para aumentar as doações de gâmetas e a capacidade dos centros de PMA a todos os níveis; Ana Rita Bessa, que começou por referir a existência de um problema estrutural neste domínio e que os 6 meses de prorrogação dos prazos de tratamento não resolvem o problema, questionado sobre a exequibilidade de recurso ao setor privado para aumentar a



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

capacidade e sobre a disponibilidade do Governo para resolver o problema conjuntural existente; Cristina Rodrigues, que referiu que o SNS não apresenta capacidade de resposta nem recursos para acudir às necessidades existentes, e colocou perguntas sobre as medidas já implementadas e a implementar para responder aos atrasos, as medidas para aumentar as doações e sobre o apoio psicológico providenciado aos casais em tratamento e sobre o aumento da idade limite de acesso aos tratamento como solução para resolver os atrasos.

Respondeu o SEAS, começando por frisar novamente a importância da criação do Grupo de Trabalho e da suas contribuições, declarando que é necessário esperar pelas suas conclusões para se agir em conformidade com as mesmas. Apresentou de seguida diversos dados sobre a composição das listas de espera e sobre o comportamento dos utentes, concluindo que como houve menos consultas, necessariamente houve menos tratamentos, apresentando igualmente dados sobre o tempo de espera nas diversas ARS, informando que o tempo médio de espera para a primeira consulta é de 270 dias e o tempo médio de espera para tratamento se situa em cerca de 15 meses. Mais referiu que o aumento do limite de idade para tratamentos de PMA não é compatível com os dados disponíveis, que demonstram uma redução da sua eficácia, sendo necessária uma cuidada ponderação técnica acerca dessa questão e que o aumento da dotação do banco público de gâmetas será seguramente uma questão tida em conta e abordada pelo Grupo de Trabalho, apresentando dados sobre os doadores de espermatozoides e ovócitos. Concluiu dizendo que os protocolos com entidades privadas já se encontram previstos, desde que cumpridas as condições de acesso, voltando igualmente a salientar os esforços que estão a ser envidados para reforçar os meios humanos do setor público.

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Susana Correia, Sandra Pereira, Moisés Ferreira, João Dias e Ana Rita Bessa, que foram prestados pelo SEAS

A Presidente agradeceu a presença e a disponibilidade do SEAS, salientando a pertinência dos esclarecimentos prestados, dando de seguida a audição por encerrada.

#### 2. Informações

A Presidente voltou a lembrar a realização da Conferência Interparlamentar coorganizada pela Comissão de Saúde e pela Comissão de Trabalho e Segurança



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

Social, durante a manhã da próxima terça-feira, dia 13 de abril, informando que ainda poderão ser feitas inscrições para participar durante o dia de hoje. Mais deu conta de terem sido recebidas duas iniciativas europeias, a COM (2021) 130 – «*Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, testes e recuperação, a fim de facilitar a livre circulação durante a pandemia da Covid19 (Certificado Verde Digital)*», e a COM (2021) 140 – «*Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, testes e recuperação, destinados aos nacionais de países terceiros que permanecem ou residem legalmente no território dos Estados-Membros da UE durante a pandemia da Covid19 (Certificado Verde Digital)*», cabendo a elaboração do Relatório, de acordo com a grelha de distribuição, ao PS, e devendo este ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus (CAE) até dia 23 de abril. Também foi solicitada a elaboração de Relatório sobre o «*Relatório Portugal na União Europeia 2020*», que cabe ao PSD, devendo ser enviado à CAE até 30 de abril.

3. Apreciação e votação das atas n.ºs 62, 63 e 64, de 30 (2) e 31 de março

As atas n.ºs 62, 63 e 64, de 30 e 31 de março, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

4. Discussão e votação do requerimento do PAN, que solicita a audição dos Diretores de Serviço do Centro Hospitalar de Setúbal, «para que sejam ouvidas todas as dificuldades e propostas de resolução apontadas pelos representantes do Centro Hospitalar»

A Deputada Bebiana Cunha apresentou o requerimento do PAN, que solicita a audição dos Diretores de Serviço do Centro Hospitalar de Setúbal (CHS), para os ouvir sobre as dificuldades e as propostas de resolução que querem apresentar com vista a resolver a situação insustentável que se vive diariamente neste Centro Hospitalar. Os Diretores de Serviço do CHS alertaram já o Ministério da Saúde para esta situação de rutura.

O Deputado Ivan Gonçalves disse conhecer a situação do CHS, sabendo bem das dificuldades que enfrentam este Centro Hospitalar e os Centros das áreas limítrofes, considerando importantes todos os contributos que possam ser dados para se compreender bem a questão, pelo que o PS acompanha o requerimento.

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL**

Os Deputados António Maló de Abreu, Moisés Ferreira, João Dias e Ana Rita Bessa anunciaram acompanhar também o requerimento, lembrando os Deputados Moisés Ferreira e João Dias que estes Diretores pediram, e reiteraram, pedido de audiência à Comissão.

O requerimento do PAN foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CH. Sobre os inúmeros pedidos de audiência pendentes, a Presidente disse que a Comissão, para agilizar os trabalhos e resolver os pendentes, está a realizar duas reuniões por semana, não sendo por falta de vontade que não se recebem todos os que pedem para ser recebidos, mas, efetivamente, estes pedidos crescem também às inúmeras audições pendentes em Comissão, e têm sido realizadas as que vão sendo sinalizadas pelos Grupos Parlamentares.

O Deputado João Dias sugeriu que se pudesse criar um Grupo de Trabalho para as audiências, lembrando a Presidente que muitas das entidades querem ser recebidas em Comissão, remetendo a discussão desta questão para a reunião de mesa e coordenadores que se seguirá.

5. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 200/XIV/2.ª - «Acesso imediato ao Kaftrio® para pacientes com Fibrose Quística em Portugal» - Relatora: Deputada Cláudia Bento

A Deputada Cláudia Bento apresentou o Relatório Final da Petição n.º 200/XIV/2.ª, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise, referindo as diligências efetuadas, ou seja, a realização da audição dos peticionários e o pedido de informação à Ministra da Saúde, que não foi respondido. Deu conta da sua opinião, enquanto Relatora, e concluiu com o parecer de que estão reunidas as condições para a discussão da Petição em plenário, devendo o Relatório Final ser enviado ao PAR, aos peticionários e à Ministra da Saúde.

A Deputada Hortense Martins referiu que os Relatórios das petições responsabilizam os Relatores e toda a Comissão, por isso considera que deve haver o maior rigor. Fez de seguida várias sugestões de alteração ao texto do Relatório Final.

Os Deputados Moisés Ferreira e João Dias, disseram considerar o Relatório Final factual e objetivo, pelo que o acompanham. A Deputada Ana Rita Bessa manifestou a sua concordância com o Relatório Final, nada tendo a acrescentar.

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL**

O Relatório Final foi aprovado por maioria, com a abstenção do PS, registando-se a ausência do CH.

A Deputada Hortense Martins anunciou que iria apresentar uma declaração de voto, que será anexada a esta ata.

6. Discussão e votação do requerimento do PS, que solicita a audição do Coordenador da Task-force para a promoção do «Plano de Operacionalização da Estratégia de Testagem» em Portugal, Fernando de Almeida, para dar informações sobre o processo de testagem no país

A Deputada Sónia Fertuzinhos apresentou o requerimento do PS, que solicita a audição do Coordenador da Task-force para a promoção do «Plano de Operacionalização da Estratégia de Testagem» em Portugal, Fernando de Almeida, para dar informações sobre o processo de testagem no país.

O Deputado António Maló de Abreu disse acompanhar o requerimento, sugerindo que a audição se realizasse em conjunto com a CEAMCOVID19.

O Deputado Moisés Ferreira considerou útil a audição, pelo que acompanha o requerimento.

A Deputada Sónia Fertuzinhos informou aceitar a sugestão de audição conjunta com a CEAMCOVID19.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e CH, tendo a Presidente anunciado que a Comissão de Saúde iria convidar a CEAMCOVID19 a realizar esta audição em conjunto.

7. Fixação da redação final relativa ao Texto Final resultante dos PJLs n.ºs 214/XIV/1.ª (cidadãos), 223/XIV/1.ª (PS), 237/XIV/1.ª (BE) e 572/XIV/2.ª (PCP), sobre procriação medicamente assistida - inseminação post mortem

A Deputada Elza Pais pediu a palavra para, enquanto Coordenadora do GT da PMA agradecer aos Deputados todo o trabalho desenvolvido neste âmbito, fazendo um breve balanço das diligências efetuadas e agradecendo também aos serviços todo o apoio. Saudou os subscritores da iniciativa de cidadãos (PJL 214), pelo exercício de cidadania e sistematizou as alterações introduzidas na lei da PMA neste processo legislativo.

A redação final, com as sugestões da DAPLEN, foi fixada por consenso de todos, com a abstenção do PSD.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

A Presidente agradeceu o esforço de todos para a conclusão dos trabalhos.

A reunião foi encerrada às 11:54 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#). A vídeo gravação da audição efetuada durante a presente reunião poderá ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 07 abril 2021.

**A PRESIDENTE**

  
(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

#### ANEXO



#### DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) absteve-se na votação do Relatório Final da Petição nº 200/XIV/2ª – “*Acesso imediato ao Kaftrio® para pacientes com Fibrose Quística em Portugal*”, que teve como relatora a Deputada Cláudia Bento, por considerar que este Relatório está incompleto, podendo e devendo ser melhorado, mas lamentamos que tal tivesse sido recusado pela Deputada relatora. O GPPS através da Deputada Hortense Martins, sugeriu algumas alterações ao presente relatório, porque no nosso entender, no decurso da discussão desta Petição, foram ouvidas, nesta Comissão, e a propósito deste assunto, para além dos peticionários, o Presidente do INFARMED, tal como sugerido na nota de admissibilidade e cujos contributos, ainda que de forma sucinta, devem constar deste relatório.

Considerando relevante a informação prestada na audição ao INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., entidade tutelada pelo Ministério da Saúde, realizada no dia 30 de março, nomeadamente no que diz respeito ao ponto de situação destes medicamentos inovadores, Orkambi®, Klydeco®, Symkevi® e, em especial, ao medicamento Kaftrio®.

Foi reiterada pela Deputada Hortense Martins a necessidade de agilização dos processos de avaliação e decisão, relativamente a estes medicamentos, no sentido de que os doentes, possam beneficiar deles, segundo a sua condição e avaliação clínica. Foi questionada a necessidade e demora na avaliação farmacológica, dado ter sido já aprovado por outras entidades, EMA e FDA, e questionado sobre a





## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

previsão de conclusão da autorização do medicamento Kaftrio®, por parte do INFARMED.

Durante a audição, o INFARMED realçou a evidência da necessidade de agilizar todo o processo, indo de encontro às pretensões dos peticionários, em relação ao caso concreto do medicamento Kaftrio®, que se encontra na última fase de avaliação (fármaco/económica) tendo já sido solicitadas à empresa que o comercializa, as condições finais para contratualizar, tentando sempre obviar as fases de avaliação. Além disso, ficou também explícito nesta audição, que sempre que há um medicamento novo, a EMA verifica a sua eficácia fármaco/terapêutica e o INFARMED, prossegue com uma avaliação de custo/efetividade, e comparação com os medicamentos já existentes no mercado. Após esta fase, e através dos Programas de Acesso Precoce, como aconteceu já em novembro passado, com o medicamento Kaftrio®, o novo medicamento vê as suas condições de acesso enquadradas e o acesso garantido pelas unidades hospitalares que assim o solicitaram, decorrendo a avaliação clínica com a tranquilidade desejada. No entanto, foi reconhecido que tal é restrito às condições de acesso ao mesmo.

De realçar os avanços significativos alcançados recentemente, pela Presidência Portuguesa no desbloqueio da proposta legislativa, que levará a encetar negociações, com o Parlamento Europeu, relativa à avaliação das tecnologias da saúde, para o acesso de novas terapias e dispositivos médicos em benefício dos doentes.

Palácio de S. Bento, 7 de abril de 2021.

A Deputada  
Hortense Martins



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.º SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Cristina Jesus (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Joana Lima (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Sónia Fertuzinhos (PS)  
Susana Amador (PS)  
Susana Correia (PS)  
Telma Guerreiro (PS)  
Alberto Machado (PSD)  
Álvaro Almeida (PSD)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
José Manuel Pureza (BE)  
Moisés Ferreira (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Ana Rita Bessa (CDS-PP)  
Bebiana Cunha (PAN)  
André Ventura (CH)  
Elza Pais (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
João Gouveia (PS)  
Luís Graça (PS)  
Luís Soares (PS)  
Marta Freitas (PS)



**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL**

Sara Velez (PS)  
Fernanda Velez (PSD)  
Helga Correia (PSD)  
João Dias (PCP)  
Cristina Rodrigues (NINSC)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ricardo Baptista Leite (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

---

